

Contribuições da Administração Política para o Campo da Administração

Elinaldo Leal Santos, Wesley Gusmão Piau Santana, Reginaldo Souza Santos e Vitor Braga

Resumo

Nos últimos anos, percebe-se no Brasil um esforço, por parte de alguns pesquisadores, para incorporar a dimensão política no campo da Administração. No geral, o movimento busca a emancipação do homem diante das mazelas provenientes do sistema capitalista de produção. O objetivo do ensaio é analisar as contribuições desse movimento para o campo da Administração. Para tanto, questiona-se: A Administração Política é capaz de contribuir para o desenvolvimento da ciência da Administração e para o bem-estar da sociedade? O ensaio está estruturado em quatro seções: definições conceituais que orientarão o estudo; discussão da delimitação do campo; estabelecimento da relação entre o campo e as demais disciplinas normativas e, por fim, especulação sobre o futuro dessa subárea da Administração. A discussão é fundamentada em Burrell e Morgan (1979), Pierre Bourdieu (2001), Gioia e Pitre (1990), nos clássicos Adam Smith, Marx, Marshall, Keynes, além de autores como Tragtenberg (1974) e Santos (2004). O resultado aponta uma carência de uma disciplina dentro do campo que possa desenvolver a crítica à predominância do pensamento funcionalista da gestão, especialmente no tocante à sua epistemologia.

Palavras-chave

Ciência da Administração. Administração Política. Bem-estar Social.

Abstract

In recent years, there is a movement in Brazil performed by some researchers to incorporate a political dimension to the field of Administration. The movement advocates the emancipation of mankind from the illnesses of the capitalist production system. The purpose of this essay is to analyze the contributions of Political Administration for the field of Administration. It is asked: Is Political Administration able to contribute to the development of the management science and the welfare of society? The essay is organized in four sections: the conceptual definitions that will guide the study; the

discussion on the field's delimitation; the establishment of the relationship between the field and the other normative disciplines; and, finally, the speculation about the future of this subarea of Administration. The present discussion is based on Burrell and Morgan (1979), Pierre Bourdieu (2001), Gioia and Pitre (1990), classic authors like Adam Smith, Marx, Marshall, Keynes, as well as Tragtenberg (1974) and Santos (2004). The result indicates a lack of knowledge within the field that can develop the criticism to the predominance of the functionalist thought of Administration, especially regarding its epistemology.

Management Science. Political Administration. Welfare.

INTRODUÇÃO

O amadurecimento da capacidade de reflexão de uma sociedade não se dá de maneira linear e contínua, é um processo complexo, realizado em uma arena de disputas de ideias e ideologias que se conforma pela força dos agentes e das instituições. A Administração como campo científico também está imersa nessa arena, criando e reproduzindo modelos que buscam responder às demandas de cada época. Portanto, é preciso pensar a Administração não apenas como uma prática, mas como um campo científico que se propõe a gerar conhecimentos. Esses, por vezes, não são autônomos à Sociedade Capitalista, mas, produtos dessa. Daí, a importância da Administração também incorporar nas suas investigações os problemas relacionados com a macrogestão, de modo a contribuir com espaços de reflexão, de crítica e de contestação.

Porém, o que observamos, de fato, na literatura da Administração é a ausência dessa análise. Portanto, sendo a gestão um fenômeno que contempla o envolvimento do poder político e social, esta não poderá ser vista, apenas, como um elemento de segunda grandeza e, sim, como um elemento primordial nas resoluções dos problemas conjunturais e/ou estruturais, tais como, as disparidades entre a riqueza e a pobreza, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, a concentração e a distribuição, o acesso e a exclusão.

Como parte integrante dos Estudos Críticos em Administração (ECA), verifica-se um movimento no Brasil denominado **Administração Política para o Desenvolvimento**, constituído por um grupo de pesquisadores vinculados às escolas de Administração do país. O movimento tem como princípios fundamentais a orientação para a emancipação do homem na sociedade, a manutenção de um comportamento crítico frente às mazelas do sistema capitalista e a ação centrada no pensar e agir ao mesmo tempo. Diante disso, este ensaio tem por objetivo analisar os contributos da Administração Política para o campo da Administração. Para tanto, propomos a reflexão de algumas indagações: a) Qual a contribuição que a Administração Política poderá proporcionar à sociedade? b) Como a Administração Política poderá contribuir para o avanço da Administração? c) Será possível delimitar o seu campo de atuação? d) Qual percurso deverá ser trilhado para se consolidar como um campo do saber? e) Que tipo de relação pode existir entre a Administração

Política e as demais disciplinas de natureza normativa como a filosofia política, a economia política e a ciência política?

Para responder essas questões, consideramos pertinente retomar as discussões sobre a fundamentação epistemológica e praxiológica da disciplina Administração Política como um campo de conhecimento. Discussão que já teve um ponto de partida nos trabalhos de Alberto Guerreiro Ramos (1983, 1989), Maurício Tragtenberg (1971, 1974), Fernando Prestes Motta (1981). Partimos do pressuposto de que existe uma hegemonia da produção acadêmica no campo da Administração de base neoclássica e funcionalista (BURRELL; MORGAN, 1979; CALDAS; FACHIN, 2005) e que a Administração Política necessita, enquanto campo do saber da Administração, contemplar as diversas análises da gestão das relações sociais de produção, independentemente do tempo histórico e do sistema econômico de produção. Para desenvolver essa argumentação, o ensaio foi estruturado em quatro seções. A primeira apresenta os conceitos que nortearão a discussão. A segunda seção busca delimitar o campo de atuação da Administração Política e a sua contribuição para o desenvolvimento da ciência administrativa. Em seguida, estabelece-se uma relação entre a Administração Política com outros campos de conhecimento consolidados, sobretudo a filosofia, a economia e a ciência política, com vista a identificar as contribuições dessas para a fundamentação da Administração Política. Por fim, uma percepção do futuro dessa disciplina como campo de conhecimento dentro da Administração.

BASES CONCEITUAIS PARA COMPREENDER UM CAMPO CIENTÍFICO

Delimitar onde inicia e onde termina um determinado campo de conhecimento não é uma tarefa fácil, principalmente, quando diz respeito a um campo do conhecimento científico. Desde as antigas formulações filosóficas até às presentes discussões científicas, não existe consenso sobre os caminhos para a teoria do conhecimento (HESSEN, 2000). Talvez, em Hegel (2006), haja uma posição mais coerente quando, ao criticar a intemporalidade da estrutura da razão defendida por Kant (2006), afirmou que a razão e a própria epistemologia são construções históricas e evoluem a partir de contradições. Entretanto, essas formulações não eliminaram a dicotomia entre os racionalistas e os empiristas, que se desdobraram em outras discussões criando marxistas, fenomenologistas, instrumentalistas, entre outros, fazendo avançar a filosofia, a ciência, delimitando campos do conhecimento, paradigmas e métodos.

As reflexões epistemológicas demonstram que a evolução de um campo de conhecimento não é contínua nem simples, mas se dá em saltos, em rupturas, em complexidades, com avanços e retrocessos. Para compreender o processo de aceitação da Administração como ciência, uma dimensão por vezes esquecida, adota-se, nesse estudo, o conceito de campo científico de Pierre Bourdieu (2001, 2004). Nesse sentido, abandonamos o conceito rígido de ciência, proposto pelas ciências naturais, tratando-a como um processo que se configura ao decorrer do tempo, pela interação dos atores e instituições. Por isso, campo científico é colocado como sinônimo de ciência. Assim, a Administração é tratada como um campo científico que necessita de estudos epistemológicos.

Na perspectiva de Bourdieu (2004), a compreensão de campo da produção cultural (literatura, ciência, arte, etc.) não deve estar no extremo do conteúdo textual (semiótica) ou referir-se ao contexto social (como os marxistas), mas entre os dois polos, onde existe um universo intermediário chamado “campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Portanto, o campo é um mundo social que obedece a leis sociais mais ou menos específicas, um espaço relativamente autônomo, sujeito a pressões externas, mas com uma dinâmica diferente da estrutura social ou da sociedade de classes. Desse modo, o campo científico é formado pela interação entre agentes e instituições que buscam uma autonomia em relação ao seu ambiente, permitindo refratar, retraduzir as pressões ou as demandas externas. Quanto mais autônomo, maior a capacidade de refração. “É a ‘estrutura das relações objetivas’ entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer” (BOURDIEU, 2004, p. 23), ou a posição que o agente tem nessa estrutura que determina os caminhos da produção, definindo um determinado campo. Dessa forma, o campo científico pode ser entendido como um jogo de forças no qual quem melhor se articula detém melhores ‘capitais’ e sabe quais as escolhas que compensam. Nesse jogo, existem agentes que defendem posições contrárias às forças objetivas e dominantes — “eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para confrontá-las às suas disposições” (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Para o aprofundamento da discussão, é importante resgatar o conceito de paradigmas de Thomas Kuhn, de forma a verificar os impactos da visão do mundo do capitalismo no século XX e nas forças internas do campo da Administração. Thomas Kuhn (1970) coloca paradigma como uma visão de mundo possibilitando consolidar o que há de comum entre as perspectivas teóricas, assegurando uma abordagem de investigação científica. Para ele, cada ciência trabalha com um paradigma vigente que vai sendo substituído com o avanço da ciência. Apenas as ciências sociais podem trabalhar com coexistência de paradigmas, indicando, na visão de Kuhn, que essa seria uma ciência fraca e limitada, o que é uma visão própria da época de produção do autor. Para este artigo, a coexistência de paradigmas é importante para compreender a configuração de campos científicos.

Por fim, utilizamos o mapeamento de paradigmas de Burrell e Morgan (1979) que, apesar de suas limitações e críticas, pertinentes a qualquer modelagem, proporciona uma visão da configuração do campo da Administração. Para Burrell e Morgan, é possível delimitar a teoria da Administração em quatro visões de mundo, refletidas em grupos metateóricos. Os grupos são divididos em dois eixos: um sobre a natureza da ciência, tendo nos extremos as dimensões subjetiva e objetiva; e outro eixo sobre a natureza da sociedade, com as dimensões da regulação versus mudança radical. Assim, os quatro grupos são formados pelos paradigmas funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical, que refletem as diferentes escolas da Administração (MORGAN, 1990, 2005).

Com esses quatro paradigmas, Burrell e Morgan (1979) conseguiram fazer um mapa de oposições de pensamento da análise social que implicam diretamente nos caminhos adotados na pesquisa durante as décadas seguintes. Essas discussões possibilitaram o

aprofundamento da Teoria, ou como discutido neste ensaio, a configuração do campo científico da Administração na contemporaneidade, principalmente na produção internacional, definindo fronteiras ou subcampos do conhecimento, demonstrando que o paradigma funcionalista é a abordagem dominante, representando uma ortodoxia no estudo da Administração ou o *mainstream* da Área.

Assim, é importante destacar a possibilidade de estudos que utilizam vários paradigmas, saindo de uma perspectiva polarizada para uma visão dialógica ampliada. Isso permitiria o aprofundamento do debate e o avanço além dos limites de paradigmas individualizados e polarizados. Nesses termos, podem-se observar pesquisas que usam paradigmas distintos, denominadas multiparadigmáticas (HASSARD, 1991), e abordagens que ultrapassam as distinções dos paradigmas, revelando disparidade e complementaridades, denominadas de metaparadigma (GIOIA; PITRE, 1990).

A partir desse recorte teórico, compreendemos que os pesquisadores da Administração Política defendem sua abordagem como um metaparadigma dentro do campo científico da Administração, embora não utilizem essa denominação.

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E SUA DELIMITAÇÃO

Na atualidade, torna-se difícil, delimitar o campo de atuação duma determinada ciência, uma vez que, para isso, é preciso cumprir, com certa precisão, alguns condicionantes epistemológicos como: objeto, teoria, método, pressupostos/hipóteses, etc. No caso específico da Administração, ela constitui um campo de conhecimento sem uma identidade própria, seja por falta de um aprofundamento epistemológico ou pela própria natureza multidisciplinar do campo.

Guerreiro Ramos (1983) afirma que é muito difícil delimitar o campo da Administração. A ação administrativa para ele é uma ação social com relação e fins, que tem limites e orientações, selecionando e combinando meios para atingir objetivos. Para Guerreiro Ramos, o fenômeno administrativo está sujeito a condicionamentos histórico-sociais de várias naturezas. A Administração permite, assim, diferentes lógicas de pensamentos ou paradigmas, podendo, portanto, ser melhor analisada pela perspectiva dos paradigmas de Burrell e Morgan (1979).

Conforme análise de Miguel Caldas (2005), desde os anos 1980, há um descompasso entre os estudos internacionais da área, com uma prevalência da abordagem funcionalista anglo-saxônica, mas com espaço para reflexão crítica e os estudos brasileiros. No Brasil, amplamente amparado pelo domínio estadunidense, houve uma paralisia na visão funcionalista, que não reflete os aprofundamentos das discussões internacionais. Apenas nos centros de pesquisa que tinham fortes intercâmbios com as instituições internacionais, essas discussões foram aprofundadas, permitindo o avanço em abordagens funcionalistas (como as novas visões institucionalistas) ou a abertura de espaços para a reflexão crítica. Esse é um reflexo claro do grau de amadurecimento do campo no Brasil, que já nasce tardiamente.

Tratamos a Administração como um campo científico, ou seja, um campo das ciências sociais aplicadas, extremamente complexo em termos das fronteiras epistemológicas, que interagem interdisciplinarmente com outras ciências. Isso permite observar diferentes visões das relações indivíduo *versus* sociedade, objetividade-subjetividade, regulação-mudança, assim como, com diferentes possibilidades de aplicação do método científico. Consequentemente, para se refletir sobre o futuro da pesquisa em Administração, é necessário pensar nesse quebra-cabeça.

O paradigma funcionalista é visto como modelo dominante que vem avançando e mantendo sua hegemonia. Novas abordagens foram disseminadas como a ecologia populacional, o neo-institucionalismo e a Teoria da Agência (DIMAGGIO; POWELL, 2005; BARNEY; HESTERLY, 2001), o que reforça o papel do funcionalismo no jogo de forças do campo da Administração, perpetuando uma racionalidade utilitária dominante. Em contrapartida, os outros paradigmas também aprofundaram suas discussões. De um lado, o paradigma interpretativista cresce desde o final dos anos 1970, questionando o objetivismo da doutrina funcionalista. De outro, temos os referenciais da teoria crítica (FOURNIER; GREY, 2007; PAULA, 2008) e os pós-modernistas, expandindo-se a partir do final dos anos 1980.

Refletindo sobre a configuração do campo da Administração e sua interação com outras abordagens, os estudos da Administração Política partem das reflexões de Santos (2004). Para ele, existe uma impropriedade metodológica de uma corrente de pensadores da Administração que, equivocadamente, definem a “organização” como o seu objeto de estudo e deslocam as discussões para teorias das organizações, estudos organizacionais, ciências das organizações, etc., pouco falando em ciência administrativa.

Embora as organizações constituam o gênero que contém elementos essenciais da gestão, são espaços particulares nos quais habita o objeto central da Administração. “Isso, quando entendido, é permitido dizer que as organizações podem constituir-se em objeto de pesquisa em Administração, mas nunca constituem em objeto que dá *status* de ciência” (SANTOS, 2004, p. 38). Portanto, a Administração Política defende que a organização é *locus* onde habita o objeto e não o objeto em si, pois, no espaço organizacional, manifestam-se diversos fenômenos sociais como: o fenômeno de comportamento, de cultura, de poder, de comunicação, de mercado, de memória e, sobretudo, de gestão. Assim, as organizações só podem ser objeto de pesquisa, mesmo assim, não é particularmente da Administração, mas também da psicologia, da antropologia, da sociologia, da economia ou mesmo da história. Porém, existe o fenômeno da gestão, não apenas na perspectiva de conjuntos de técnicas instrumentais, tais como foram concebidas no pensamento ortodoxo/funcionalista da Administração, mas, sobretudo, numa perspectiva de relações sociais de produção, distribuição e consumo da sociedade que não pode ficar sem amparo de um campo científico para observar, descrever e explicar as suas contradições sociais. Nesse sentido, a Administração Política defende a gestão como objeto exclusivo da Administração, porém, numa perspectiva para além do gerencialismo. Esse entendimento é também compartilhado por Fournier e Grey (2007) e Paula (2008) na perspectiva dos estudos críticos em gestão. Sendo então, a gestão o objeto, podemos definir a Administração Política como um campo da Administração que trata da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo

em qualquer contexto e momento histórico do processo civilizatório da humanidade, conforme definiram Santos *et al.* (2009, p. 927).

O que os autores da Administração Política propõem acima é a criação de um metaparadigma na Administração, como um subcampo científico, que desloque o foco do *mainstream* de uma discussão funcionalista para uma discussão crítica e reflexiva da gestão. A pretensão dos pesquisadores dessa temática é ser um metaparadigma na conceituação de Gioia e Pitre (1990), com uma abordagem que exige um nível de abstração elevado, proporcionando análise que não leve à unificação ou à síntese, mas que permita uma análise mais complexa compreendendo diferenças, similaridades e inter-relações paradigmáticas. Isso pode ser observado nos problemas que a Administração política se propõe a investigar. Os problemas da Administração Política possuem um elevado grau de generalidade e abstração que consistem em responder às seguintes questões: **Como devemos organizar o sistema produtivo de uma sociedade? Como os agentes econômicos agem dentro desse sistema? Qual a melhor forma para distribuir a riqueza produzida nesse sistema? Quem deve consumir a riqueza gerada por essa sociedade?** Isto posto, verifica-se que os problemas da Administração Política originam-se de uma reflexão metaparadigmática, por contraste dos estudos empíricos feitos no campo do paradigma dominante do conhecimento científico, que prioriza as análises descritivas e explicativas, primando por uma tecnocracia e por um saber neutro. Fonseca (2008), por exemplo, analisando o conceito da Administração Política na esfera estatal, reconhece que retoma ao núcleo do pensamento de Marx, no que diz respeito à relação entre estrutura e superestrutura, para conceber a Administração como um fenômeno social de relações de produção, distribuição e consumo em uma dada sociedade.

O conceito de Administração Política resgata tradições clássicas do pensamento crítico ao mesmo tempo que questiona o paradigma referendado acerca da “neutralidade”, da supremacia da técnica e dos objetivos consensuais do Estado. Afinal, o Estado não é neutro – dado que, reitera-se, está a serviço da reprodução da sociedade de classe –, é constrangido pela lógica da acumulação capitalista, que é imutável e inclui necessariamente o contexto internacional, e seus objetivos (do Estado) são contraditórios em razão da própria contradição da sociedade de classes à qual sua existência é condicionada. (FONSECA, 2008, p. 9).

Para Fonseca, o propósito da Administração do Estado é garantir as oportunidades para todas as classes sociais que dela participam. Portanto, deve-se reconhecer que a ordem social não é neutra, mas, histórica e socialmente construída, sujeita a crenças, ideologias e valores, que determinam modelos de gestão diferenciados e não universais, com indicadores e parâmetros de desempenho próprios. Isto posto, entendemos que os estudos da Administração Política não se limitam apenas à esfera da gestão estatal, mas, também inclui a gestão dos negócios privados, bem como a gestão das questões sociais. Muito menos, considerar que os estudos da Administração Política devem apenas desenvolver a crítica dos estudos ortodoxos da Administração. Não só dessa, mas, também dos estudos organizacionais, bem como, dos estudos críticos em gestão. A Administração Política, enquanto campo, tem como finalidade maior desvendar, evidenciar, denunciar os propósitos e as contradições epistemológicos, metodológicos e praxiológicos das diferentes *vertentes filosóficas da Administração*. Assim,

é possível falar em várias modalidades de Administração política: Administração política ortodoxa, Administração política dos estudos organizacionais, Administração política dos estudos críticos, Administração política clássica, Administração política marxista, Administração política keynesiana, Administração política neoclássica, Administração política do institucionalismo e tantas outras. Por fim, os estudos da Administração Política devem incluir em suas análises as diversas ideias políticas. As ideias não são apenas um reflexo passivo de interesses ou ambições pessoais, elas têm a capacidade de inspirar e guiar a própria ação política e, assim, moldar a vida material. Isso significa dizer que é possível falar de Administração Política liberal, conservadora, socialista, nacionalista, anarquista, fascista, entre tantas outras, conforme demonstra o percurso histórico da humanidade.

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E OUTROS SABERES

Um bom ponto de partida para entender os propósitos e os rumos da Administração Política, enquanto subcampo científico da Administração, é pensar a sua natureza em relação a outros campos de conhecimento, tais como: Filosofia Política, Economia Política e Ciência Política.

De forma ampla, a Filosofia Política consiste em fazer a reflexão sobre qual a melhor maneira de organizar a nossa vida em sociedade. Para tanto, analisa conceitos teóricos como os de igualdade, liberdade, estado, democracia, tolerância, obediência, castigo, entre outros, a partir dos quais discute problemas como: **O que é a liberdade? Em que consiste a igualdade? Será possível atingi-las ou realizá-las? Se assim for, como deveremos nos organizar para consegui-las?** Busca estabelecer princípios básicos que justifiquem uma forma de Estado e um agir em sociedade. Para tanto, propõe atingir duas funções no seu processo reflexivo: a) analisar e interpretar conceitos e b) aplicar essa análise e interpretação às instituições políticas, econômicas e sociais (ROCHA, 1997).

A diferença fundamental entre **Administração Política** e Filosofia Política parece ser de grau de profundidade e de generalizações. Enquanto a Filosofia Política questiona os fundamentos mais profundos e universais do ser, também busca compreender os valores que dirigem a ação, procura conhecer a origem dos problemas e cria para eles respostas racionais à base de provas especulativas. Cabe-lhe, inclusive, fazer da Administração um objeto de estudo (filosofia da ciência), de forma que a Administração Política cuide das particularidades que o ser exerce quando lida com as relações sociais de organização e distribuição da produção. Busca descobrir os sentimentos que estão presentes nesse tipo de relação social. Se sentimentos egoístas ou altruístas.

Outro importante campo de conhecimento, pelo qual podemos também entender a finalidade e os rumos da Administração Política, é a Economia Política. Etimologicamente, a expressão **economia política** significa **Administração do patrimônio da cidade**, uma vez que tem a sua raiz nas palavras gregas *aikonomia* (*aikos* – casa, patrimônio *nomos* – ordem, lei Administração) e política (relativo à *polis*, cidade-estado dos gregos). Entretanto, nem sempre o seu significado etimológico coincide com o seu sentido aplicado. Esse fato é

observado nas discussões teóricas desenvolvidas por Smith, Marx e Marshall e Walras, os quais foram de fundamental importância para o desenvolvimento e a consolidação da ciência econômica.

Adam Smith, ao elaborar o seu conceito de economia política, propõe uma forma de garantir o bem-estar do povo e do Estado. Assim o define:

Economia política, considerada um ramo da ciência do estadista ou do legislador, propõe dois objetos distintos: primeiro, suprir renda ou produtos em abundância para o povo, ou, mais apropriadamente, possibilitar que provenham tal renda ou provento por si só; e segundo, suprir o Estado ou *Commonwealth* com uma renda suficiente para os serviços públicos. Ela se propõe a enriquecer tanto o povo quanto o soberano. (SMITH, 1996, p. 413)

A expressão ‘economia política’, aplicada por Smith, evidencia, essencialmente, a necessidade de um campo de conhecimento capaz de auxiliar tanto o povo quanto o estadista no processo de produção e acumulação de riqueza. A economia política concebida por Smith dá início ao movimento da Escola Clássica da Economia. Teixeira (2000) considera que os economistas dessa escola tinham por finalidade produzir recomendações de ordem prática para a organização da vida econômica. Parece-nos que a definição de economia política inicialmente elaborada por Smith, mas, referendada e consolidada pelos demais componentes da Escola Clássica da Economia, com exceção de Marx, aproxima-se muito do que classificamos como Administração Política.

Em **Para Uma Crítica da Economia Política**, Marx (1982) retomou o conceito de economia política para explicar os “problemas não resolvidos” pela Escola Clássica. Problemas tais como: o valor, o trabalho e o dinheiro. Para Marx, “os economistas burgueses, cujos cérebros são limitados, não sabem distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta” (MARX, 1982, p. 662). Ele está a dizer que o método de investigação utilizado pelos economistas burgueses (clássicos) não consegue captar as complexidades existentes no meio para explicar o fenômeno. Isso porque os economistas clássicos iniciam seus estudos pelos elementos reais e concretos, como a população, a cidade, o campo, o mar e os diferentes rumos da produção, exportação, importação, preços, etc., em detrimento dos elementos abstratos decorrentes das relações sociais. “[...] Todas as ciências, exceto a economia política, reconhecem que as coisas apresentam uma aparência oposta à sua essência” (MARX, 1982, p. 620).

Para Teixeira (2000), o elemento essencial do método adotado por Marx reside, portanto, na abstração, ou seja, na capacidade de distinguir os elementos essenciais do fenômeno analisado, afastando toda e qualquer influência que possa perturbar sua análise em estado puro. Na verdade, percebe-se que Marx constitui um novo objeto, um novo método e um novo programa de pesquisa para a economia política. Marx inaugurou um novo programa de pesquisa cujo objeto são as leis de movimento da sociedade capitalista, cuja essência nos é dada pelos processos de acumulação, distribuição e inovação do capital em ambiente de concorrência.

Diante do exposto, existiu para Marx uma diferença entre o que é economia política,

enquanto campo do conhecimento científico, para o que é política econômica, enquanto forma para promover o bem-estar da sociedade, tal como foi proposta por Smith. Para Nunes (2007), Marx e os autores marxistas consideram que a Economia Política Clássica surgiu e desenvolveu-se como **ciência da burguesia**, num período em que a burguesia ascendente, em luta para ocupar a posição de classe dominante na economia, na sociedade e na política, era a classe que reunia condições para analisar, objetivamente, a sociedade e os mecanismos da economia.

O fato é que várias visões alternativas sobre o que seria ou deveria ser a Economia ganharam força e lançaram desafios teóricos, metodológicos e práticos quanto ao futuro desse campo de conhecimento. Já era possível falar de uma Economia Política Clássica, como também, de uma Economia Política Marxista. No final do século XIX, ganha destaque o pensamento de Walras, um dos fundadores da Escola Neoclássica, que discute o futuro da economia e propõe o que, na literatura, ficou conhecido como a trilogia teórica da economia. Walras distinguiu a economia política pura da economia aplicada, bem como da economia social. A primeira compreende a teoria do valor de troca, mediante comprovação matemática dos seus pressupostos. As demais tratariam da produção da riqueza social (economia política aplicada) e da repartição da riqueza social (economia social). Porém, coube a Alfred Marshall a tarefa de resgatar o prestígio da Economia com a publicação dos *Princípios de Economia* (1890). “Os Princípios são tanto uma exposição da economia como uma apologia desta: um tipo de contrarreforma, por assim dizer, direcionada contra as dúvidas provindas de dentro e contra as denúncias vindas de fora” (SHOVE, *apud* MATTOS, 2010, p. 274). Introduz-se a ideia de fazer da economia uma ciência nos moldes das ciências físicas e naturais. Neles, Marshall abandona a expressão “política” e troca-a por um novo termo ao denominar sua obra de **Princípios de Economia**. Para Marshall, a expressão **economia política** estava, na sua origem, relacionada à expressão inversa **política econômica**. Por isso, os pensadores dos séculos XVII e XVIII que escreveram sobre os problemas econômicos não desenvolviam teorias, modelos abstratos de análise, mas discussão e formulação de políticas concretas, envolvendo tributos, moedas, comércio, preços, etc. Marshall-sistematizou e quantificou o material de Adam Smith e Ricardo, complementando e transformando seus princípios e conceitos em modelos teóricos operacionais. Criou, assim, a teoria quantitativa da moeda, da oferta, da demanda, da produção, do comércio e tantas outras que surgiram como uma necessidade de dar uma base mais consistente às políticas econômicas propostas na época. Surge, assim, o pensamento da Escola Neoclássica da Economia, deslocando a discussão da formação e distribuição da riqueza como objeto de estudo da Economia para a discussão da escassez de recursos com base nos pressupostos das necessidades ilimitadas, do equilíbrio geral, da visão do homem econômico, da racionalidade ilimitada, da maximização dos ganhos e minimização das perdas.

É com base na fundamentação teórica da Escola Neoclássica da economia que surgem os primeiros estudos da Administração. Como exemplos claros para essa argumentação, temos os trabalhos desenvolvidos por Frederick Taylor, **Princípios da Administração Científica**, publicado originalmente em 1911, e o de Henri Fayol, **Administração Industrial e Geral**, em 1916. Esses estudos estavam, efetivamente, voltados para a busca de respostas práticas e objetivas aos problemas de organização, produtividade e controle do sistema produtivo

existente naquele momento. Para eles, a eficiência organizacional dar-se-ia a partir do planejamento e do controle do sistema produtivo, cabendo à Administração a tarefa de coordenar os fatores de produção com vistas a atingir tal objetivo. Santos *et al.* (2009, p. 926) afirmaram que “desse momento em diante, ainda que a análise administrativa incorporasse ao seu repertório conceitos de cultura, valor e ética, a Administração nunca perdeu de vista a sua racionalidade instrumental no âmbito das organizações”. Isso significa dizer que, mesmo com o surgimento de diversas correntes do pensamento administrativo, como os comportamentalistas, estruturalistas, sistêmicos, contingenciais, entre outras, ainda assim prevalecem os fundamentos da Escola Neoclássica da economia e, quando não, é preciso retomar a essa para prosseguir no avanço das investigações, como apontam os estudos de Oliver Williamson e Eleanor Ostram sobre governança econômica.

Pela nossa percepção, fica claro que, qualquer que seja o modelo de gestão da produção existente na literatura da Administração tradicional (taylorismo, fordismo, toytismo, volvismo, etc.), encontrar-se-á, na sua forma, conteúdo que remete aos pensadores da Escola Neoclássica da Economia. Isso leva-nos a afirmar que a Administração Política que existe de forma sistematizada na literatura atual, em sua corrente hegemônica, é, sem dúvida, uma Administração Política de base neoclássica, pois a Administração, enquanto ciência, nasce enquadrada nos pressupostos teóricos e metodológicos dessa corrente de pensamento. Entretanto, entendemos que não se pode falar apenas de uma Administração política, mas de várias administrações políticas, dentre elas, a neoclássica. Sobre isso, concordamos com a tese de Caribé (2008), quanto ao rumo da Administração Política, ao dizer que:

Consolidar a Administração Política enquanto disciplina autônoma é buscar na Economia Política todo o saber que dedica a compreender o mundo das organizações e, em especial, ao gerenciamento delas. Esse conteúdo fica mais evidente dentro da Economia Política, notadamente nas últimas décadas, quando os estudos do micro se tornaram hegemônicos (CARIBÉ, 2008, p. 39).

A partir dessas reflexões, também concordamos com Santos *et al.* (2009, p. 925) quando analisaram o conceito de economia política proposto por Walras e afirmaram que: “o que se atribui como não científico da economia, na verdade, pertence a um novo campo do conhecimento, ao da Administração política”. Com essa afirmativa, o conceito de economia política, formulado por Smith e contestado por Marx e Walras, passa, por analogia, a pertencer à Administração Política. Pela análise de Marx, Walras e Marshall, a definição de economia política formulada por Smith, não teria serventia para definir ciência econômica. O motivo estaria no método, pois Smith concebe a economia com base em formulação de políticas econômicas (economia normativa) para geração de riqueza, enquanto que os neoclássicos desenvolvem uma economia com base em análise descritiva e teorização dos fenômenos econômicos (economia positiva). Nesse sentido, percebe-se uma depreciação do campo normativo (o que deve ser), em relação ao campo positivo (o que é), dedicado à formulação de princípios, teorias e leis da ciência econômica. É justamente nessa lacuna que reside o campo da Administração Política, conforme defende Santos (2004):

Para ampliá-lo, devemos pôr a Administração política em confronto com a economia política. Desse modo, se a economia política, no plano da material-

dade humana, responde pelo “quê” e “por quê fazer, ou seja, pelas possibilidades da produção, circulação e da distribuição de bens materiais, a Administração política tende a responder pelo “como fazer”, ou seja, pela concepção do modelo de gestão para se chegar à finalidade. (SANTOS, 2004, p. 40).

Esse é o momento em que a economia política caminha junto da Administração política. Portanto, é o momento em que se compreende, de forma científica, que o processo produtivo das relações sociais não se efetiva em termo de resultado ótimo sem uma concepção de gestão previamente estabelecida. A Administração procura examinar ou propor *como os fatos devem ser*. Se de um lado a economia política deve responder qual sistema econômico e o porquê daquele sistema econômico, do outro lado, cabe à Administração política definir como o sistema econômico deve ser gerido, qual o modelo de gestão que se adequa ao sistema econômico proposto pela economia política. Daí é possível falar de Administração Política clássica, marxista, neoclássica, keynesiana, institucionalista, regulacionista, gerencialista, entre tantas.

A Ciência Política é outro campo analítico, não menos importante, para compreender a Administração Política. A distinção entre elas, do ponto de vista metodológico, é complexa, pois ambas elaboram saberes experimentais de base intuitiva. Diferente da Filosofia Política, cujo pensar é fundamentalmente abstrato, trata-se de raciocínio lógico e rigoroso que parte de conhecimentos anteriores e chega a novos saberes, sem passar pela observação dos dados concretos, coletados com rigor metodológico, procurando, a partir das verdades universais, propor conclusões particulares. Ao contrário das ciências sociais, tais como a Política e a Administração, que não nascem da dedução lógica, mas sim da indução, da observação e da experimentação. A Ciência Política descreve sistemas políticos concretos, analisando as suas características, comparando-as com as de outros sistemas (ROCHA, 1997).

De modo geral, a Ciência Política é uma disciplina social autônoma que engloba atividades de observação, de análise, de descrição, de comparação, de sistematização e de explicação dos fenômenos políticos. Busca compreender como os homens fazem a política. Seu objeto é a ação humana nas instituições políticas. Etimologicamente, o termo “política” ou *politikós* deriva do adjetivo originado de *pólis* – tudo que se refere à cidade, o que é urbano, civil, público, sociável, social. Semanticamente, podemos usar o termo “política” como o fazer humano que é precedido de um discurso. Discurso esse que pode estar pautado numa base filosófica, científica ou, até mesmo, no senso comum. Entretanto, do ponto de vista clássico, “política” consiste na arte ou ciência da organização, direção e Administração do Estado. Na filosofia aristotélica não existe separação entre ética e política. Ambas são formas para alcançar a felicidade humana. A ética preocupa-se com a felicidade individual do homem na *pólis* e a política preocupa-se com a felicidade coletiva da *pólis*. Sobre isso Aristóteles disse que:

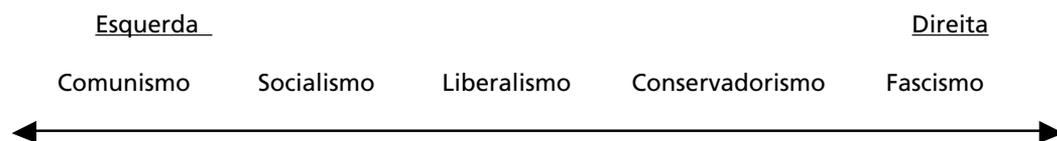
Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, o bem-comum, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a isso, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras, tem mais que todas este objetivo e visa ao mais

importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política.” (ARISTÓTELES, 2001, p. 11).

O objetivo de Aristóteles com sua Política é investigar as formas de governo e as instituições capazes de assegurar uma vida feliz ao cidadão. A Ciência Política deve ser a ética de toda uma sociedade, cuja consistência deriva de um propósito moral comum. Ela deve determinar o que é o “bem” para a sociedade e qual a estrutura que vai assegurar a melhor maneira de alcançá-lo e as ações que melhor contribuirão para esse fim. Todavia, do ponto de vista contemporâneo, a Ciência Política possui um objeto mais amplo, visto que os fenômenos políticos transcendem o Estado para também abranger outros agrupamentos sociais menos complexos como igrejas, partidos políticos, empresas, etc. Nesse sentido, a Ciência Política é o estudo da natureza, dos fenômenos, do exercício, dos objetivos e dos efeitos do poder na sociedade, conforme descreveu Friede (2003). Com base nessa definição, podemos estabelecer a relação entre Ciência Política e Administração Política. Enquanto a primeira estuda a forma como o poder é exercido na sociedade, a segunda estuda como é exercida a gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo dessa sociedade. Contudo, o modelo de gestão (projeto de nação) constitui uma decisão política que remete a uma base ideológica, de crenças e valores. Haja vista que todas as ideias políticas são determinadas pelas circunstâncias sociais e históricas em que se desenvolveram e pelas ambições políticas a que servem. Isso, como já mencionado, pode ser verificado nas diversas fases transitórias da humanidade, do feudalismo para o capitalismo, do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, do industrial para o financeiro ou, ainda, do capitalismo para o socialismo. No geral, a teoria e a prática política estão intrinsecamente relacionadas. Sobre isso Keynes reflete:

Os homens práticos, que acreditam estar totalmente isentos de qualquer influência intelectual, são normalmente os escravos de algum economista morto. Os loucos no poder, que escutam vozes, estão apenas destilando o que algum escrevinhador acadêmico produziu há poucos anos (KEYNES, 1982, p. 383).

Na concepção de Keynes, toda decisão política é regida por uma base teórica, ideológica, que estabelece metas, que inspira uma ação. A Ciência Política costuma agrupar as ideologias modernas em três categorias: esquerda, centro e direita. As ideologias de esquerda caracterizam-se pela simpatia por princípios como liberdade, igualdade, fraternidade, cooperação e justiça. As ideologias de direita primam por princípios como autoridade, ordem, hierarquia, dever, competição e progresso. Já as ideologias de centro podem absorver características tanto da esquerda como da direita, a depender das correlações de forças. Para uma melhor visualização, apresentamos a seguir o esquema linear das chamadas ideologias modernas.

Figura 01 - Esquema Linear das Ideologias Modernas

Fonte: Adaptado de Andrew, 2010.

De um modo geral, essas ideologias servem de referencial analítico para os estudos em Ciência Política. Elas expressam as principais vertentes do pensamento político do mundo moderno e contemporâneo. De uma forma ou de outra, a conduta política de quem exerce algum tipo de poder na sociedade é guiada por crenças, valores e princípios pertencentes a uma dessas ideologias. Na nossa prática cotidiana, é comum ouvir expressões do tipo “liberdade”, “igualdade”, “justiça”, “direito”, “pluralismo” e tantas outras. Isso significa dizer que todos nós pensamos politicamente, tendo ou não consciência disso.

Nesse sentido, entendemos que os diversos paradigmas da Administração também têm seus referenciais ideológicos que determinam os seus modelos de gestão. Os estudos funcionalistas são fortemente influenciados por ideologias da regulação, tal como, os estudos críticos têm forte influência de ideologias emancipatórias. É nessa correlação ideológica, teórica e prática da gestão que a Administração Política se propõe a exercer a sua finalidade de desvendar, evidenciar e denunciar os propósitos e as contradições epistemológicas, metodológicas e praxiológicas das possíveis vertentes teóricas que compõem o campo da Administração.

Portanto, não seremos ingênuos em acreditar que a Administração com suas teorias, pressupostos, técnicas, se constitui numa ciência desprovida de ideologia. É muito mais lógico compreender que as teorias administrativas são produtos das formações socioeconômicas e políticas de um determinado contexto histórico, sendo extremamente dinâmicas na sua capacidade de se adaptar às demandas do modelo de acumulação capitalista, do que acreditar no mito da neutralidade. Nesses termos, a Administração Política procura exercer o seu papel enquanto campo científico metaparadigmático, cuja finalidade se constitui em fazer a crítica das vertentes da Administração, especialmente no tocante à sua epistemologia, metodologia e prática social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

Este ensaio demonstrou que o conhecimento científico, na sua versão contemporânea, fundamenta-se em princípios que prezam pela totalidade universal dos saberes, independentemente das suas categorias e especializações. O fazer ciência significa estabelecer diálogos que vão da filosofia à estética, do local ao global e do micro ao macro, além de considerar que o processo de investigação não se restringe apenas a observar, descrever e explicar – é preciso propor.

Nessa perspectiva, detectou-se que a Administração Política posiciona-se como um campo científico, metaparadigmático, da Administração, cuja finalidade consiste em fazer a crítica aos limites dos paradigmas vigentes e às práticas da Administração, no tocante à sua epistemologia, metodologia e ação social, de modo a compreender diferenças, similaridades e inter-relações. Portanto, considera-se que:

Administração Política é um campo da Administração que trata da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo em qualquer contexto e momento histórico do processo civilizatório da humanidade;

O ensino e a pesquisa no campo da Administração não podem ficar restritos a um único modelo de sociedade e visão de mundo;

O estudo da Administração Política não se limita apenas à esfera da gestão estatal, mas, também, inclui a gestão dos negócios privados e sociais;

Existem correlações de forças ideológicas, teóricas e de prática da gestão dentro do campo da Administração no qual a Administração Política deve exercer a sua finalidade de desvendar, evidenciar e denunciar os propósitos e as contradições epistemológicas, metodológicas e praxiológicas das vertentes teóricas que compõem o campo da Administração;

Existem outras formas de gestão das relações sociais de produção que requerem da Administração uma análise mais sistemática e aprofundada, não respondida pelos atuais paradigmas.

Fica evidenciado que os estudos no campo da Administração Política têm que contemplar as diversas formas de gestão das relações sociais, independentemente do sistema econômico de produção ou do seu tempo histórico. Só assim, acreditamos que seja possível desenvolver um conhecimento que integra e engloba, e não que exclui e fragmenta, evitando, com isso, uma visão desatualizada, doutrinária e acrítica da Administração.

REFERÊNCIAS

ANDREW. **Ideologias Políticas: Do Liberalismo ao Fascismo**. São Paulo: Atlas, 2010.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Coleção Obra Prima)

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. Economia das Organizações: Entendendo a Relação entre as Organizações e a Análise Econômica. In: HARDY, C.; CLEGG, S.; NORD, W. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2001. vol. III.

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

_____. **Os Usos Sociais da Ciência: Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organization Analysis**.

London: Heinemann, 1979.

CALDAS, Miguel P. Paradigmas em Estudos Organizacionais: Uma Introdução à Série. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**, FGV, São Paulo, v. 45, n. 1, jan./mar. 2005.

_____; BERTERO, C. O. (Coord.). **Teorias das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. (Série RAE-Clássicos)

_____; FACHIN, R. Paradigma Funcionalista: Desenvolvimento de Teorias e Institucionalismo nos Anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas**, FGV, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 46-51, abr./jun. 2005.

CARIBÉ, D. A. Ciência ou Ideologia? A contribuição do Campo da Administração Política. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 54-73, out. 2008.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. A Gaiola de Ferro Revisitada: Isomorfismo Institucional e Racionalidade Coletiva nos Campos Organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, FGV, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, abr./jun. 2005.

FOURNIER, V.; GREY, C. Hora da Verdade: Condições e Prospectos para os Estudos Críticos de Gestão. In: CALDAS, M.; BERTERO, C. O. (Org.). **Teorias das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 335-360. (Série RAE-Clássicos)

FRIEDE, R. **Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GIOIA, D. A.; PITRE, E. Multiparadigm Perspectives on Theory Building. **The Academy of Management Review**, v. 15, n. 4, p. 584-602, out. 1990. Disponível em <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/258683?uid=3737664&cuid=2&cuid=4&csid=21101119637697>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

HASSARD, J. Multiple Paradigms and Organizations Analysis: A Case Study. **Organization Studies**, v. 12, n. 2, p. 275-299, 1991.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MATTOS, L. V. de. Marshall e os Críticos à Economia Política Clássica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 271-292, abr./jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/06.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

MATTOS, P. L. C. L. Relações Teoria-Prática em Administração: O que Desaparece nesse “Buraco Negro”. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2010.

MORGAN, G. Paradigm Diversity in Organizational Research. In: HASSARD, J.; PYM, D. **The Theory and Philosophy of Organizations: Critical Issues and New Perspectives**. London: Routledge, 1990. p. 12-33.

MORGAN, G. Paradigmas, Metáforas e Resolução de Quebra-Cabeças na Teoria das Organizações. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Org.). **Teorias das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. cap. 2. (Série RAE-Clássicos)

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e Autogestão: A Proposta de Proudhon**. São Paulo: Atlas, 1981.

NUNES, A. J. A. **Uma Introdução à Economia Política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PAULA, A. P. P. de. Maurício Tragtenberg: Contribuições de um Marxista Anarquizante para os Estudos Organizacionais Críticos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 949-968, set./out. 2008.

RAMOS, A. G. **Administração e Contexto Brasileiro: Esboço de uma Teoria Geral da Administração**. 2. Rio de Janeiro, FGV, 1983.

_____. **A Nova Ciência das Organizações: Uma Reconceituação da Riqueza das Nações**. 2. ed. Rio de Janeiro, FGV, 1989.

ROCHA, A. S. E. Em Torno da Filosofia Social e Política. **Diacrítica**, v. 1, n. 12, p. 13-47, 1997.

SANTOS, B. de S. **Um Discurso sobre a Ciência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, R. S. **A Administração Política como Campo do Conhecimento**. São Paulo/Salvador: Editora Mandacaru, 2004.

_____. **Keynes e a Proposta da Administração Política para o Capitalismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

SANTOS, R.; RIBEIRO, E.; SANTOS, T. Bases Teórico-Metodológicas da Administração Política. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 4, p. 919-941, jul./ago. 2009.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

TEIXEIRA, A. Marx e a Economia Política: A Crítica como Conceito. **Revista Economia**,

v. 2, n. 4, p. 85-109, dez. 2000.

TRAGTENBERG, M. A Teoria Geral da Administração é uma Ideologia? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 7-21, out./dez. 1971.

_____. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

Elinaldo Leal Santos

Doutorando em Administração (UFBA/UTAD), Mestre em Economia (UFBA), Bacharel em Administração (UESC), Professor Assistente do DCSA/UESB. Membro do Grupo de Pesquisa Administração Política do Desenvolvimento. E-mail: elinaldousesb@gmail.com

Weslei Gusmão Piau Santana

Doutor e Mestre em Administração (UFBA), Bacharel em Administração (UESB), Professor Adjunto do DCSA/UESB. Membro do Grupo de Pesquisa Administração Política do Desenvolvimento. E-mail: wpiau@hotmail.com

Reginaldo Souza Santos

Doutor em Economia (UNICAMP) e pós-doutor pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) Professor do Departamento de Finanças e Políticas Públicas da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de Pesquisa Administração Política do Desenvolvimento E-mail: rsouza@ufba.br

Vitor Braga

Doutor em Business Economics, Middlesex University Business School, Inglaterra. Mestre em Economia Industrial e da Empresa pela Universidade do Minho (UMinho). Licenciado em Economia (UTAD). Professor Coordenador da ESTGF- IPP. Membro efectivo do Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação (ESTGF-. IPP) e do Grupo de Pesquisa Administração Política do Desenvolvimento. E-mail: vbraga@eu.ipp.pt